

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA EM CONTEXTOS SUBNACIONAIS

Teise Garcia- USP
Selma Venco -Unicamp/UFBA
Theresa Adrião-Unicamp
Lúcia Ceccon-Unicamp
Juan González López - Universidad de Chile

Palavras-chave: privatização da educação - redes municipais paulistas - Chile

Introdução

Este Simpósio apresenta resultados de duas pesquisas que caracterizam e analisam a privatização da educação em contextos subnacionais. A primeira delas, de natureza interinstitucional, desenvolvida pelo Greppe, mapeia a privatização da educação nos 645 municípios paulistas entre 2008 e 2023 e atualiza as informações obtidas em pesquisa originária com os mesmos municípios para o período 1996-2007¹. A segunda, desenvolvida pelo Observatório Chileno de Políticas Educacionais (OPECH), no Chile, examina o processo de privatização educacional no país, destacando questões relativas ao processo político e ao controle de atores privados sobre ele.

Redes municipais de ensino paulistas: relações de trabalho docente e privatização da educação

A coleta de dados nos 645 municípios paulistas orienta-se pela categorização dos processos de privatização na educação básica em três dimensões: currículo, oferta e gestão educacional. (Adrião, 2022). Primeiramente, todavia, são destacados os resultados concernentes às relações de trabalho praticadas pelas prefeituras, aspecto relevante aos estudos sobre privatização, A obrigatoriedade de realização de concursos públicos para **contratação de profissionais da educação no Brasil** é prevista na Constituição (1988), bem como na Lei de Diretrizes e Bases (1996) e Plano Nacional de Educação (2014-2024). No contexto da política educacional descentralizada, debate-se as formas de contratação de docentes por parte das prefeituras municipais do estado de São Paulo, entre 2011 e 2023. Os municípios apresentam, tradicionalmente, percentuais mais elevados de docentes concursados em relação aos estados e Distrito Federal (Venco, 2023). Isto significa dizer que entre 2011 e 2021 as prefeituras do estado de São Paulo registraram, em média, 11% de contratos precários, mas saltam para 28% em 2022 e 2023. O cenário nos municípios **muito pequenos** – com até 10.000 habitantes – exibem valores mais elevados, pois no período pré-pandêmico a média de contratações temporárias era de 18% e nos anos subsequentes passam para 34%.²

Para considerar a **privatização da oferta educacional** (2008-2023) em municípios muito pequenos registra-se, primeiramente, que o estado de São Paulo possui 277 municípios com até 10 mil habitantes. Segundo Kanno (2024) apesar de responderem por 43% do total das administrações municipais, mobilizando recursos públicos especialmente do FUNDEB, residem apenas 3 % da população paulista. Considerando este universo, o mapeamento da privatização da oferta educacional no âmbito da educação básica (Adrião, 2018, 2022), identificou a vigência de três formas: subsídio público à oferta educacional por provedores privados, pagamento pelas prefeituras de bolsas ou *vouchers* e o funcionamento de escolas privadas com fins lucrativos. Na maioria (93,2% dos 69 municípios), a privatização ocorreu por

¹ A pesquisa em curso, coordenada por Teise Garcia e Raquel Borghi intitula-se Estratégias municipais para a oferta da educação básica: processos de privatização no estado de São Paulo (2008-2023). É financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/09248-7. O projeto originário foi financiado pela mesma agência do fomento e coordenado por Theresa Adrião.

² Dados coletados e sistematizados por Selma Venco e doutorando Isaac Fernandes Sobrinho, que colaborou com a escrita desta síntese.

meio do subsídio público à oferta educacional privada, via contratos ou convênios, enquanto em 6,8% identificou-se o pagamento de bolsas de estudos ou concessão de *vouchers*. Já o funcionamento de um mercado educacional na educação básica foi localizado em cerca de 8% do total desses municípios, explicitando o caráter marginal desta forma de privatização, conforme Tabela 1. Nhandeara foi o único município que manteve três escolas particulares ao longo da série histórica. Os demais contaram com apenas uma instituição privada de ensino.³

Tabela 1- Total de municípios muito pequenos (até 10 mil habitantes) com unidades escolares de educação básica (creche ao ensino médio) privadas particulares – 2008-2023.

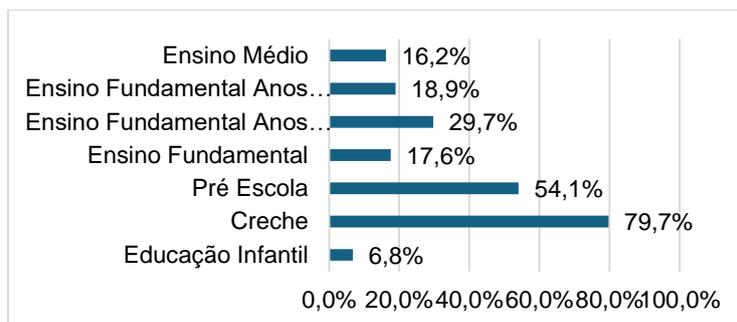
	Municípios com escolas privadas particulares	
	N	%
2008	22	7,9%
2009	19	6,9%
2010	20	7,2%
2011	18	6,5%
2012	19	6,9%
2013	20	7,2%
2014	19	6,9%
2015	19	6,9%
2016	21	7,6%
2017	21	7,6%
2018	21	7,6%
2019	21	7,6%
2020	21	7,6%
2021	23	8,3%
2022	25	9,0%
2023	26	9,4%

Fonte: Kanno (2024) com base em Microdados do censo escolar (Inep).

Das 94 organizações privadas subsidiadas pelo poder público, via convênios e similares, 81, 2% eram filantrópicas, seguidas das comunitárias (21 do total, 30, 4%) e 13 particulares (mercantis). As confessionais somaram apenas 4 no período de 2008-2023. No caso do pagamento de bolsas de estudos ou *vouchers*, aqui tomados como expressão de um mesmo fenômeno, ainda que a bolsa não implique em escolha pela família (Adrião, 2024), apenas cinco instituições foram localizadas: três particulares e 2 filantrópicas. O **gráfico 1**, ilustra a etapa de escolaridade focalizada pelas formas de privatização da oferta educativa neste perfil e municípios: educação infantil, com destaque para as creches, confirmando a manutenção de tendência identificada no mapeamento anterior.

Gráfico 1- Etapa de escolaridade focalizada pelos programas de privatização da oferta educacional Mun. até 10 mil habitantes

³ Dados coletados por Bolsistas Iniciação Científica Aurelio Piolli e Ester Teraram sistematizados por Theresa Adrião e Lúcia Ceccon



Fonte: Lucia Ceccon, Theresa Adrião, Danilo Kanno

Em relação ao ano de início dos programas identificados, destaca-se o ano de 2009, no qual 55 do total de programas mapeados tiveram início. Em relação ao término temos os anos de 2011 (6 programas); 2015 (4 programas); e 2017 (4 programas) de modo que em 2022, último ano em que se verificou o encerramento de programas, vigiam 41,9%.

A dimensão *gestão educacional* é abordada na pesquisa por meio de coleta de dados sobre a contratação de consultorias e/ou assessorias; introdução de instrumentos de governança corporativa e transferência da gestão para organizações privadas.⁴

Nos municípios **muito pequenos** coletaram-se dados para 206 localidades, ou seja, 74% do total de municípios com este porte populacional. A maioria deles não contou com atuação de atores privados durante o período selecionado (2008 a 2023), novamente 74% do total, ou 153. Dentre os 53 municípios com contratação de consultorias ou assessorias privadas para a gestão educacional, alguns registram mais de uma contratação, levando a 61 incidências de organizações privadas. Enfatiza-se a presença de três organizações sem fins lucrativos: Instituto Natura, em nove redes públicas de ensino diferenciadas; Fundação Itaú Social, presente em seis municípios, um dois quais em dois períodos distintos e o Serviço Social da Indústria, Sesi, em três redes distintas. A predominância de atores sem fins lucrativos incidindo sobre a gestão escolar, corrobora resultados obtidos por estudo desenvolvido pelo Greppe em redes estaduais e Distrito Federal (Garcia, 2018). Todavia, destaca-se a contratação de assessorias privadas com fins lucrativos, que representam 50% das organizações localizadas. Tem-se a considerar, além do interesse do empresariado filantropocapitalista com a educação pública, o interesse de pequenas empresas em combinação com a provável falta de estrutura administrativa nas gestões municipais para gerenciar a oferta educacional

A coleta de dados no âmbito da dimensão **Currículo**⁵ exige o uso de mais descritores do que a dimensão. São eles: sistemas privados de ensino; desenho curriculares, insumos, tecnologias educacionais (conteúdos de ensino, plataformas); formação de professores; e outros. Os dados referem-se a municípios com população entre 100.001 hab. e 500.000hab, que representam 11% do total dos municípios paulistas. Foram localizadas 331 formas ou estratégias de privatização do currículo, nas quais os atores privados são muito diversos, mas com relevância pela incidência: Serviço Social da Indústria, com 32; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae, com 24; plataforma *Google*, com 16 ações; e a Fundação Lemann, com oito propostas. Em todos eles as organizações são sem fins lucrativos, mas é importante observar que no conjunto, as empresas com fins lucrativos representam 51% dos atores privados. A etapa predominante de atuação é o ensino fundamental. O volume de ações que privatizam o currículo nas redes municipais permite inferir que no universo pesquisado repete-se o já constatado em redes estaduais Distrito Federal (Adrião 2018, Borghi, 2018), demarcando o forte interesse do setor privado com o conteúdo da educação escolar.

Os rostos da privatização da educação no Chile: estratégias e atores

⁴ Dados coletados pelas pesquisadoras Bianca Corrae Teise Garcia, doutorandas bolsistas Danielle Cardoso e Priscilla Rodrigues (Capes), Cláudia Patricio e Aline Nascimento.

⁵ Dados coletados pela pesquisadora Raquel Borghi, pela bolsista Julia, Micheti Italiani e Caroline,

A reforma educacional neoliberal no Chile produziu a crise das escolas públicas por meio da privatização. (OPECH, 2007). Paulatinamente se desarticulou uma instituição com enorme potencial para transformar a sociedade, no sentido de igualdade e justiça social. (Nuñez 2004; Riesco, 2007). A liberalização do sistema educacional, via municipalização e *vouchers*, foi aperfeiçoada com ondas de reformas que privatizaram o sistema educacional, a ponto de apagar dele qualquer projeto educacional comum fazendo, inclusive, com que as escolas públicas competissem para executar o projeto educacional do mercado. (Cornejo *et al*, 2020). Este modelo foi imposto com enorme persistência, apesar da crise permanente e da oposição social que gerou. (Assael, 2015) Este foi logrado primeiro usando-se o consenso que existia em favor da descentralização; e, depois, com o impulso neoliberal da chamada modernização do Estado. Em um período de 30 anos, consolidou-se uma nova racionalidade para a gestão pública da educação. O sistema educativo neoliberal se constituiu como uma estratégia flexível, adaptável, com capacidade de metamorfose (Laval, 2023). Segundo Michel Foucault é mais do que uma teoria ou uma ideologia: é uma maneira de agir em direção a um objetivo específico, uma racionalidade de governo, uma governamentalidade (Foucault, 2009). Isto foi conseguido por meio da instalação de uma certa racionalização baseada na economia da máxima eficiência, onde se procura o melhor efeito possível ao menor custo; este é o princípio regulador por excelência desta racionalidade (Foucault, 2009; Laval, 2023). A partir da revisão de fontes primárias e secundárias, esse processo é analisado, sublinhando-se continuidades, rupturas, discursos e atores presentes no aprimoramento do modelo de privatização. Será dada ênfase especial à concentração e ao controle que os atores privados exercem como resultado desse processo.

Espera-se que o conjunto de dados e reflexões promovam diálogo fértil sobre a privatização da educação obrigatória em localidades subnacionais e as graves consequências para a consecução do direito à educação.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990 / Theresa Maria de Freitas Adrião [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

ASSAEL, Jenny et al. La empresa educativa chilena. *Educación & Sociedad*, 2011, vol. 32, p. 305-322

BORGHI, R. Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2744–2758, dez./2021a. DOI: 10.22633/rpge.v25i3.14903. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14903>. Acesso em: 1, fev. 2025.

CORNEJO, Rodrigo, Assael Budnik, Jenny, González, Juan *et al*,(2020) « Notas para reflexionar sobre el nuevo marco regulatorio de la educación chilena: las oleadas privatizadoras en el punto 0 del neoliberalismo », *Revista Temas em Educação*, vol. 29, nº 3, 2020, p. 312-344.

GARCIA, T. Incidência do setor privado na dimensão da gestão educacional na educação básica. In: Garcia, T; Adrião, T. (org.). Incidência do setor privado na dimensão da gestão educacional na educação básica: programas e atores (2005-2015). 1ed. Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 53-63.

KANNO, D. Balanço das matrículas públicas e privadas em educação infantil nos municípios paulistas. In: ARAÚJO, F. et al (org.). I Seminário Regional da Educação Brasileira – Sudeste [livro eletrônico]: educação na região sudeste: conquistas históricas e retrocessos iminentes. Campinas: CEDES, 2024. p. 00-000.

LAVAL, C., & SORONDO, J. (2023). Por un cambio de paradigma educativo: del neoliberalismo escolar a la educación democrática. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 8(1), 179-194.

NÚÑEZ, I. (2004). El pensamiento de un actor colectivo: los profesores reformistas de 1928. *Pensamiento educativo*, 34(1), 162-178.

VENCO, Selma. Educação pública à deriva: precariedades e prestidigitação. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Unicamp, 2022.

SANTOS, H. M.; VENCO, S. B. Bendito entre as mulheres: a presença masculina na educação infantil. Horizontes, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022024, 2022. DOI:

10.24933/horizontes.v40i1.1306. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1306>. Acesso em: 15 fev. 2025.